

# Transformação digital nos tribunais permite valorizar 1 milhão de horas de trabalho por ano

---

- Mais de 49% da dotação de 155 milhões de euros prevista no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para o processo de modernização dos sistemas dos tribunais já foi contratualizada ou em fase de contratualização.**
  - Mais de 16 mil notificações consultadas na nova interface dos mandatários, Cerca de 230 autos da PSP entregues digitalmente nos tribunais e 22 mil pedidos de apoio judiciário eletrónico são alguns valores de impacto das medidas.**
  - OCDE destaca a importância de medidas como a plataforma RAL+, o ecossistema eTribunal ou o Guia Prático da Justiça (GPJ) na promoção do acesso à justiça.**
- 

## DEBATE AVALIOU OS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DIGITAL NA ATIVIDADE DOS TRIBUNAIS

**Mais 16 mil notificações consultadas** no novo eTribunal-Mandatários; **Cerca de 230 autos da PSP entregues digitalmente nos tribunais** e foram iniciados os trabalhos com a GNR para igual tramitação digital; **22 mil pedidos de apoio judiciário eletrónico**, realizados via Segurança Social Direta sem deslocações; e um **saldo total de 1 milhão de horas de trabalho poupadas por ano** com medidas de transformação digital, que poderão ser alocadas a tarefas mais especializadas e de maior valor acrescentados. Estes são alguns dos números que retratam o impacto da transição digital na atividade dos tribunais e que foram apresentados no debate “Tecnologia ao serviço dos tribunais”, com a presença da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, e do Secretário de Estado da Justiça, Pedro Ferrão Tavares.

Foi também assinado um **protocolo entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ)**, para a promoção de projetos de investigação e de inovação, no âmbito da estratégia **GovTech da Justiça**.

Impulsionada pela dotação de **155 milhões de euros prevista no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, o processo de modernização dos sistemas dos tribunais traduz-se já em benefícios concretos para os serviços e para os cidadãos que deles necessitam. Desta verba, mais de **49% já foi contratualizada ou está em fase de contratualização**, contemplando investimentos que passam pelo robustecimento da infraestrutura, o reforço de equipas tecnológicas e a renovação profunda dos sistemas, como as interfaces para os diferentes agentes

da justiça. Já do montante total afeto à componente C18 do PRR, “Justiça económica e ambiente de negócios” – 266,9 milhões de euros - cerca de **57% estão neste momento contratados ou no mercado.**

A implementação destas medidas tem sido acompanhada por organismos nacionais e internacionais, nomeadamente a **Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência e a OCDE**, que através de uma mensagem vídeo da Diretora de Public Governance, Elsa Pilichowski, destacou a importância de medidas como a plataforma RAL+, o ecossistema eTribunal ou o Guia Prático da Justiça (GPJ) na promoção do acesso à justiça. O evento contou ainda com a participação das universidades, que estão a colaborar com a Área Governativa da Justiça na avaliação de várias medidas, desde maio.

Entre os **resultados alcançados**, destacam-se ainda outros dados como:

- **3 mil peças entregues** nos Tribunais Administrativos e Fiscais com mais de 10MB (o equivalente a 13% do total);
- **6 mil horas de trabalho poupadas por ano** com o acesso a peças áudio online;
- **2.167 pedidos de registo criminal online pagos com Paypal**, em menos de 1 mês;
- **2,8 milhões cidadãos dispensados de pedir registo criminal**, devido à interoperabilidade entre entidades;
- **1.500 salas de audiência renovadas e tecnologicamente equipadas**, incluindo salas de audição de menores;
- **750 processos entregues** nos sistemas de mediação familiar e laboral, e nos julgados de paz que integram a fase piloto da Plataforma RAL+.

Ao nível do atendimento, estão atualmente em funcionamento **296 Balcões Mais em todo o país**, tendo-se registado, em 2022, **mais de 412 mil atendimentos** de forma centralizada, mais confortável e adequada e contribuindo para melhorar da perceção dos cidadãos relativamente ao funcionamento dos serviços.

No âmbito do ecossistema tecnológico dos tribunais, o eTribunal, destaca-se o lançamento das **novas versões do Magistratus e do MPCodex, as interfaces para juízes e procuradores respetivamente, com mais funcionalidades**. Estes desenvolvimentos vão permitir a tramitação integralmente digital dos processos. Já no início de janeiro de 2024, e até março, está prevista uma ampla formação para os juízes, para a plena utilização deste novo sistema.

Para os advogados e solicitadores, destaca-se a **nova interface que veio permitir aos mandatários uma experiência unificada de interação** com os sistemas de suporte à atividade dos tribunais, independentemente da jurisdição e da área processual.

Em articulação com o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, iniciou-se em junho, no **Tribunal Central Administrativo Sul, um piloto para a anonimização das decisões judiciais com recurso a um algoritmo de inteligência artificial**, que vai permitir a disponibilização de jurisprudência, bem como facilitar a investigação e a medição de impacto da legislação.